



“PRA GENTE SAIR DA LAMA E ENFRENTAR OS URUBUS” – Necropoder e Políticas de Resistência como Estética e Inventividade de Corpos Trans

Kueyla de Andrade Bitencourt¹

RESUMO

Esse texto tem como principal proposição discutir acerca dos dispositivos da transexualidade e travestilidade, compreendendo-os como complexidades compostas por uma rede articulada por discursos, instituições, leis e normativas localizadas social e historicamente. Ao considerar o atual momento político em que passa o Brasil, com diversos crimes de ódios direcionados a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e ao considerar que esse é o país que lidera mundialmente o ranking de assassinatos de pessoas trans, esse trabalho visa discutir o necropoder trans, que considera essas vidas como descartáveis e aponta para uma política de abjeção e de inimizade contra esses corpos, por meio de uma lógica ditatorial cisgênera e heteronormativa que visa enquadrar as subjetividades dissidentes que ousam romper com esses modelos através de outras possibilidades de vinculação afetiva e sexual. Trata-se de um estudo teórico, a partir de referenciais de autores como Mbembe, Butler, Agambem, Bento, Louro, Foucault, o qual questiona o empenho de interdição dos corpos Trans, a vivência de um estado de emergência e exceção que autoriza a violência e o extermínio dessa população e a viabilidade de uma política de resistência, em direção a potência do anormal e dos saberes minoritários, que enfrente as condições de assujeitamento e as rotulações pré-estabelecidas. Conclui-se, a partir da possibilidade do impulsionamento do cuidado de si como prática de resistência, que seja investida de uma estética capaz de criar expressões criativas, novos vínculos político-afetivos, possibilitando deslocamentos, transformações e inventividades de si.

Palavras-Chave: Transexualidade e Travestilidade, Necropoder, Resistência, Inventividade de si.

INTRODUÇÃO

As transexualidades e as travestilidades estão relacionadas à multiplicidade, composições do corpo, percursos identitários, estética, discursos, performatividades, uma complexidade que, inevitavelmente, questiona e desnaturaliza as regras e normatizações de gênero e sexualidade e não se curva a imposição da inteligibilidade social. Desse modo, não se trata de um processo específico de categorização ou configuração de identidades ou representações e sim de pessoas vivendo e experimentando a transexualidade e a travestilidade.

O processo de transformação a que se submetem esses corpos, geralmente estão atrelados a compulsoriedade binária dos gêneros masculinos e femininos e segue uma matriz

¹ Professora de Psicologia Social da Universidade Federal da Bahia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. kueyla.andrade@ufba.br



normativa que supõe uma linearidade entre sexo, gênero, orientação sexual e performance. Em consonância com uma lógica normativa psiquiátrica, jurídica e psi, por meio de saberes científicos e em busca de um manejo possível com essas pessoas, mantém-se uma perspectiva patologizante da vivência trans, que fere a autonomia desses sujeitos que ousaram romper com a lógica dos corpos generificados. Em vista disso, propõe-se discutir a formação desses dispositivos a partir das instituições, dos saberes, dos discursos, das relações que os constituem.

Objetiva-se problematizar a necropolítica, enquanto destruição política, simbólica e material dos corpos Trans², considerados como dispensáveis na estrutura do capitalismo dos países periféricos, levando em consideração o fato de que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis e que a expectativa de vida de uma pessoa Trans nesse país é de 35 anos. Aqui, a violência é tida como alicerce do Estado que funciona com a lógica da Exceção, e a morte e a política, estão alicerçadas no Estado de emergência, desse modo, o necropoder trans, concebido a partir da necropolítica direcionada a população de transexuais e travestis, subdivide a população entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer.

Desse modo, a morte passa a ser considerada questão política, que ocorre com pessoas subalternizadas em territórios colonizados. São pessoas tidas como sobra dentro da dinâmica do capital e dificilmente são compreendidas como desdobramentos das estruturas sociais vigentes, de modo que são expostas à morte e à diversas situações de vulnerabilidade. Nesse trabalho, será abordada mais detidamente sobre a necropolítica trans, ao considerar a violência sistêmica e estrutural dirigida à travestilidade e à transexualidade, que empreende mortes perversas, invisibilizações, transfobias, dentre inúmeras outras violações de direitos, a exemplo da proibição do uso de banheiros e do uso do nome social. Esse necropoder enseja a normatividade dos corpos trans e reitera a perspectiva cisheteronormativa, ao considerar interesses de grupos sociais hegemônicos que tratam a transexualidade e a travestilidade como pecado, desvio moral ou doença.

Como contraponto ao poder normatizador, levando em consideração a realidade apresentada, esse trabalho aponta uma forma de resistência pautada na capacidade de transformação e reflexão dos indivíduos e na recusa aos dogmas e doutrinas institucionalizadas. Discute-se a possibilidade de construção de sujeitos autônomos, tendo como referência os escritos da última fase de Foucault. A ideia é pensar de que modo as técnicas de cuidado de si

² Levando em conta a complexidade da experiência de transição de gênero, de pessoas autodenominadas travestis ou transexuais, em alguns momentos do texto serão utilizados os termos “pessoas trans” ou “corpos trans” com vistas a abarcar as múltiplas experiências de pessoas que ousaram transcender o gênero atribuído ao nascerem.

dos antigos, podem ser apropriadas como políticas de resistência em relação as técnicas de governo modernas. Aqui, essas técnicas serão problematizadas a partir da noção de estética da existência e questiona os rígidos delineamentos das identidades sociais contemporâneas, ao trazer ao sujeito a possibilidade de se relacionar consigo e, conseqüentemente, com a alteridade e o tempo presente. São formas transversais de resistências que não se limitam a um contexto, mas que também não pretendem se tornar universais, pois trata-se da criação de novos espaços, experiências, afetos, que propiciam a reinvenção da política em torno de modos de vida comuns.

“Impressionantes estruturas de lama” - os dispositivos³ da Transexualidade e da Travestilidade

A identidade de gênero possui sua genealogia nas rígidas práticas institucionais e nas normas sociais. Pode ser considerada uma construção discursiva e regulatória, pautada em uma suposta naturalidade corporal que nega o diferente ao mesmo tempo em que depende dele para constituir a normatização (LOURO, 2001). Portanto, ciente da tentativa das ciências médicas e psi em circunscrever a experiência da transexualidade a uma prescrição nosológica psiquiátrica e a existência de uma representação da sociedade que se refere a travestilidade como desregramento sexual e vulnerabilidade, pretende-se discutir acerca dos dispositivos da transexualidade e da travestilidade e como eles se situam um em relação ao outro.

Antes de 1950, vale destacar, não existiam definições ou caracterizações específicas para transexuais, isto é, não havia diferenciação clara entre as categorias de transexuais, travestis e homossexuais. A invenção do dispositivo da transexualidade ocorre, sobretudo, por meio da proliferação de publicações médicas sobre o tema. Muito embora inúmeras e distintas áreas de produção de conhecimento tenham se voltado a essa experiência, de acordo com Bento (2006), os trabalhos publicados podem ser agrupados sob os referenciais de uma vertente predominantemente psicanalítica e biológica.

A instituição da transexualidade como doença ocorreu com sua inclusão no Código Internacional de Doenças em 1980, contudo, essa temática aparece de forma mais contundente, a partir da década de 1950 nos Estados Unidos com os estudos e teorias de Jonh Money, Harry

³ Dispositivo é um conceito estudado por Foucault que encerra uma rede entre diversos elementos e possui uma função estratégica dominante de responder a uma urgência. Para Foucault (1979, p. 244), o dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” .

Benjamim e Robert Stoller. Ainda segundo Bento (2006), na década de 1960 os discursos teóricos e as práticas regulatórias sobre os corpos de pessoas trans tornaram-se visíveis e foram colocadas em exercício, a partir de instituições que se destinavam a atender, especificamente, às/aos transexuais. Assim, a partir do funcionamento desse dispositivo, a própria transexualidade é criada, utilizando-se de diagnósticos e tratamentos específicos, que desemboca na construção de um personagem, a/o verdadeira/o transexual e a patologização da experiência trans.

A patologização e sua consequente instituição a partir do discurso médico torna esse tema abundantemente estudado por teóricos da área de saúde que, ao classificar essa experiência como doença, colabora com a manutenção de rótulos e estigmas sociais e desrespeita o direito à livre identidade de gênero. E ainda que identidades coletivas sejam construídas e problematizadas no bojo dos movimentos sociais de transexuais, prevalece a reprodução dos discursos médico e psi, pois é nesse lugar que essa experiência ganha inteligibilidade e torna possível o reconhecimento social desses sujeitos (SANTOS, 2010).

No Brasil, a discussão sobre transição entre os gêneros, associada ao discurso médico e dissociada da criminalidade e prostituição, ganha a grande mídia nos anos de 1980 com o fenômeno Roberta Close, quando a artista pousa para a revista Playboy e surge uma discussão sobre a indefinição do seu gênero e de sua sexualidade, uma vez que ela não se enquadrava nos estereótipos das travestis, até então consideradas criminosas ou prostitutas, não era vista como transformista pois não fazia performances artísticas, e também não se enquadrava no diagnóstico patológico de transexualidade, já que não apresentava infelicidade, tendência a auto-extermínio ou a falta de sensualidade ou erotismo como na descrição do diagnóstico (LEITE JÚNIOR, 2008).

É possível encontrar na literatura tentativas de conceituações abrangentes sobre a transexualidade. Adriana Teixeira et al (2005) refere a transexualidade como vivências que colocam em xeque a noção de gênero, de sexo e até mesmo de humano. Butler (2003), afirma que essa experiência torna possível reivindicar o caráter performativo do gênero, subverter as noções essencialistas de identidade e causar resistência, a partir de corpos que “desnaturalizam a heteronormatividade idealizada e compulsória” (2001, p.14). Bento (2006), por sua vez, ao abordar a transexualidade, a definirá como uma vivência, e não como a sedimentação de uma identidade ou um dado a-histórico. Para ela, trata-se de um processo de produção de si que implicará em um conjunto de transformações corporais e sociais que constituirão a produção de corpos e subjetividades.

A categoria travesti, por seu turno, ultrapassa o enquadre psiquiátrico e surge na segunda metade do século XX, inicialmente utilizada para fazer referência a homossexuais masculinos com características femininas, sendo que, no imaginário social está historicamente relacionada ao imaginário do desregramento sexual, a vivência nas ruas e a prostituição

Para parcela dos movimentos sociais, a travesti é considerada como identidade política de gênero, em virtude sobretudo do número de pessoas que se autodenominam travestis e compartilham desse contexto. Eles reiteram que essa nomenclatura deve ser utilizada como política de identidade e reforçada nas travestis mais novas para fazer o contraponto com o conceito de transexualidade que, para as militantes, não as representam. Barbosa (2013) ressalta que a experiência das travestis não se limita à prostituição ou mesmo ao transformismo⁴, posto que se relaciona com infinitas possibilidades de fabricação de si que envolvem desde tecnologias de transformações corporais a inúmeras outras performatividades de gênero.

No que concerne a previsível comparação entre esses dispositivos, consoante Leite Júnior (2008), a transexualidade possui o capital linguístico⁵ mais proeminente que o de travesti e ao ser transformado em capital social possibilita abrir ou fechar portas, conforme a pessoa se auto identifica. Então, de modo geral, apresentar-se como transexual representa um incremento ao capital simbólico e, à medida em que distinguem os sujeitos trans, também possibilita maior trânsito entre grupos sociais.

Não há discernimento, portanto, quanto a esses dispositivos, no que se refere a violência explícita direcionada a seus corpos, uma vez que existe uma normativa cisheterossexual que declara a morte física, política e simbólica dos que ousam romper com as normas estabelecidas socialmente e afirmam a dissidência. Corpos estes, considerados descartáveis pelo poder soberano, desde a mais tenra idade, e que muitas vezes são vítimas de assassinatos cruéis, crimes de ódio, violências, cujo monopólio não é do Estado, já que diferentes pessoas e instituições se sentem autorizadas a serem guardiães da ordem e, portanto, a matarem esses corpos que não estão afinados com a maquinaria cisnormativa e heterossexista. A partir dessa prerrogativa o tópico seguinte vai tratar da teoria da necropolítica, com ênfase na violência direcionada às pessoas trans.

⁴ De acordo com Jayme (2010), o tempo é importante para definir o gênero masculino e o feminino entre as transformistas. Com frequência, elas se transformam em lugares e ocasiões específicas, geralmente a noite, em boates gays, festas ou programas televisivos. Utilizam maquiagens, enchimentos, adornos e quando estão 'montadas' raramente é possível saber se se trata de homem, mulher, travesti ou transexual.

⁵ Para Bourdieu (1998) a língua não é apenas um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder.

“Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça” - necropolítica e violência direcionada às trans

A partir da discussão sobre o conceito foucaultiano de biopolítica, Achille Mbembe, filósofo camaronês, elabora o conceito de necropolítica para discutir a morte como um problema político e destaca as especificidades da violência nos países de capitalismo periférico, sendo que o contexto latino-americano, por exemplo, encerra experiências distintas, em que indivíduos são descartados, considerados abjetos e vítimas de extrema violência, sendo o controle dos seus corpos executado através de estratégias de soberania.

Na colônia, para Mbembe (2016), a soberania refere-se a um poder que está à margem da lei e seu território passa a ser governado na total ilegalidade, de modo que, “o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra” (MBEMBE, 2016, p. 134). Quando o espaço colonial é ocupado, tem-se a eliminação do poder local, o que possibilita a instauração de modos de dominação que estruturam a soberania consoante a violência do Estado de exceção. A colônia, desse modo, torna-se um espaço de ordenamentos raciais e sociais subalternos e a necropolítica tem “o principal objetivo de conter os espaços periféricos dentro da sua subalternidade colonial” (OLIVEIRA, 2018, p. 52).

A ocupação colonial apreende o espaço físico de um território, instala diferentes relações sociais e geográficas, extrai indiscriminadamente os recursos e cria uma hierarquia entre as pessoas, a partir de um fosso moral entre aqueles que se autodenominam soberanos e passam a exercer o poder, sem o escrutínio da lei, e que determinam as vidas que devem viver e as que são descartáveis. Essa ocupação favorece a reclusão, separação e constante vigilância, assim, os corpos são subalternizados à necropolítica, à destruição material máxima, de modo que “vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p.146).

O Estado de emergência, caracterizado por Agambem (2010) como Estado de exceção, é o terreno propício para a relação direta entre política e morte, a partir da divisão da população em subgrupos que devem viver e os que devem morrer. A peculiaridade do Estado de exceção no sistema colonial é a morte e a violência sendo exponenciadas a um grau até então desconhecido, fundamentando-se em subjugação de corpos, regulamentação das condições de saúde, eugenia e darwinismo social (MBEMBE, 2016). A colônia passa a representar, no imaginário civilizado europeu, uma fronteira habitada por selvagens, desordeiros que fogem ao controle das ordens jurídico-legais e que, portanto, prescindem das normas legais e

institucionais. Destarte, “as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram lugar para reemergir nas colônias” (MBEMBE, 2016, p.134), o que justifica, em defesa da civilidade, a violência desmesurada do Estado de exceção.

Cabe o questionamento, a partir do momento político em que estamos vivendo no Brasil, em que medida existe uma cumplicidade que estimula a eclosão de crimes de ódio contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), especificamente o segmento das travestis e transexuais, e sobretudo as que trabalham nas vias públicas (MEDEIROS, 2019). Embora o preconceito que leva a morte seja a forma mais séria desse crime, recentemente reconhecido como transfobia, existem inúmeras outras manifestações de violência, tanto políticas, como simbólicas no contexto brasileiro.

A necropolítica é tomada como importante conceito, nesse trabalho, com vistas a compreensão da violência direcionada a transexuais e travestis, corpos considerados descartáveis na dinâmica estrutural do capitalismo periférico. No contexto latino-americano, em função das especificidades do processo de colonização, a violência está diretamente relacionada ao patrimonialismo, a concentração de renda e a noção restrita de cidadania, que Souza (2003) intitula de subcidadania. Para esse autor, a subcidadania está historicamente imbricada com os processos de escravidão e colonização do nosso país, intitulado como democrático e pluralista, consoante com os ideais universais de dignidade humana e que, no entanto, divide seus cidadãos em primeira e segunda classe.

A partir da noção de “necropoder trans” (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018) objetiva-se discutir a destruição política, simbólica e material de corpos que experimentam a violência de modo contínuo, em uma sociedade que opera sob a lógica da exceção. Para Caravaca-Morera & Padilha é nítida a tecnologia de violência endereçada aos dispositivos da transexualidade e travestilidade, empreendida com base em uma normativa social “sexista, classista e heterocisnormativa” (2018, p.5). Trata-se de uma tecnologia que determina a morte política e social de corpos trans e que desemboca em danos que se reverberam nas relações com a família, com os amigos, com o mercado de trabalho.

As vidas trans, consideradas como abjetas pelo poder necropolítico, no contexto brasileiro, são nomeadamente vítimas de violências letais, assassinatos considerados como execuções; espancamentos, enforcamentos, afogamentos, por explicitarem características de crueldade. A motivação ocorre, muitas vezes, por esses corpos não esconderem os dispositivos de gênero e sexualidade que os constituem, impulsionados pela inviabilidade de idealização de

vínculos afetivos e sexuais que escapam à prerrogativa das relações monogâmicas, cisgênera e heterossexuais.

Os crimes de ódio, vale ressaltar, não são direcionados unicamente à pessoa vitimada, não raro, eles servem para causar terror a determinado grupo social com características comuns e deixar claro que suas vidas são descartáveis, seja por sua nacionalidade, gênero, etnia, sexualidade, dentre outras questões que para os algozes justificam atos como tortura, espancamento e assassinatos (MEDEIROS, 2019). Diversos estudiosos sobre o tema afirmam que uma quantidade considerável desses crimes ocorre em vias públicas e se relaciona de algum modo com as atividades da prostituição, em função da sociabilidade violenta a que estão expostas (DE SOUZA *et al.*, 2018; GUIMARÃES *et al.*, 2013).

Esses assassinatos sugerem um tipo de higienização social, a partir do desejo de expulsão dos sujeitos trans das vias públicas, o que denuncia a violência histórica e estrutural contra esse público, baseada na estrutura heteronormativa e racista do capitalismo periférico brasileiro (PEIXOTO, 2018). Esse processo se assemelha ao medo da africanização das cidades brasileiras no período pós-independência, em que, segundo Batista (2003), os escravos libertos representavam perigo e, portanto, foram criados projetos sanitários e políticas sociais em busca do ideal de ordem pública virtuosa às custas da tortura e extermínio dos corpos negros que ao ocuparem os espaços públicos, causavam pânico para a sociedade pretensamente civilizada.

O pânico moral, conforme Guacira Lopes Louro (1997), faz-se presente na realidade brasileira desde os tempos da colonização portuguesa, todavia, adquire novas configurações com o projeto civilizatório da modernidade periférica, que se sente autorizado a agenciar o racismo estrutural e marginalizar a população de transexuais e travestis com a criminalização, a patologização e até mesmo o extermínio dos seus corpos.

Esses corpos considerados descartáveis, representam, além disso, a negligência do Estado com a população LGBT, manifesta pela ausência de políticas públicas, sobretudo no campo da segurança pública, bem como a negligência da polícia na apuração desses crimes (CARRARA & VIANNA, 2006), o que contribui para o aumento da impunidade, bem como para a efetivação de novos crimes. Além disso, a falta de acesso dessas pessoas às políticas de educação, transporte público, saúde, demanda delas recursos para qualquer inserção social, portanto, as encorajam para o trabalho com a prostituição, já que, nessa ocupação conseguem angariar mais dinheiro em menos espaço de tempo (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; SILVA, 2007)

De certo modo, as lutas sociais, a resistência ou até mesmo a existência dos grupos sociais sexualmente dissidentes, causam incômodo para aqueles extratos sociais que sempre tiveram privilégios de raça, sexualidade, gênero e classe exclusivamente seus. Pouco dispostos a abrirem mão de seus privilégios, eles lutam pela manutenção do status quo, das tradições, do conservadorismo, enfim, da hegemonia, a partir da manutenção de valores cristão, familiares, heteronormativos. Não obstante a essa realidade, surgem novos sujeitos de direitos que anunciam novas referências culturais, políticas, sociais nas lutas políticas dos novos movimentos emancipatórios e a emergência de outra geopolítica da resistência.

Diante dessa complexidade, é urgente uma repolitização do campo sexual, para além do registro essencialista e binário, recorrentes nas disputas políticas de gênero e sexualidade, do mesmo modo que é urgente apontar para o atravessamento dos saberes dominantes no sentido da potência do anormal e dos saberes minoritários situados localmente (PERES, 2011). A partir disso, discute-se na sessão seguinte a estética da existência dos corpos trans atrelada a possibilidade do impulsionamento do cuidado de si como prática de resistência.

“A responsabilidade de tocar o seu pandeiro é a responsabilidade de você manter-se inteiro” – resistência como estética da existência

A estética da existência é um conceito ligado aos últimos escritos de Foucault e aparece nos dois últimos volumes da História da Sexualidade, bem como em alguns trechos dos Ditos e Escritos (FOUCAULT, 2012), em algumas palestras, seminários e notadamente não se refere a um conceito definitivo, acabado. Trata-se de uma possibilidade de resistência a regularização da vida por códigos normativos e disciplinares. Para Roberto Machado (2006) essa discussão em torno da estética da existência tratar-se-ia da genealogia do homem do desejo, desejo enquanto movimento do homem para o múltiplo, a partir de diversos temas que problematizam as incontáveis formas e relações possíveis entre os indivíduos, o que sugerem modos de vida que realizam o enfrentamento das vidas reguladas por tecnologias.

Trata-se de uma reflexão sobre as práticas que proporcionam a reinvenção de novas formas do viver comum, que resistem às normativas disciplinares dos poderes contemporâneos. Referem-se a processos de subjetivação, a partir da possibilidade de constituição de outras sociabilidades, de novas relações, de sensibilidades, de amizades, como consequência de uma apropriada crítica sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o tempo presente. Governar a vida a fim de dar a ela a forma mais bela possível.

A Estética da Existência sugere a possibilidade de invenção de si mesmo, uma ética que propõe um molde sobre a vida, alicerçado em padrões próprios, o que pode desembocar, conseqüentemente, na reinvenção do espaço público. Uma experiência capaz de propiciar novas sensibilidades e estranhamentos e, embora se refira a singularidades, requer o outro como complementariedade. Não se trata de reforçar o individualismo ou o ensimesmamento do sujeito e sim uma possibilidade de voltar-se para si para depois agir. O cuidado de si, desse modo, teria um duplo retorno, inicialmente o sujeito volta-se para si, depara-se com a sua atual condição, e posteriormente, para o outro e para o mundo. Em muitas situações o sujeito está tão imerso em uma teia de normatizações, de capturas que confunde seu processo subjetivo com as imposições sociais, ou seja, confunde “sua identidade ontológica com os padrões morais e normativos impostos como modos padronizados de vida” (GALVÃO, 2014, p.160).

O retorno para si trata-se de abandonar o estado subjetivo de descuido de si, ou o estado em que o sujeito detém-se a cuidar de coisas próximas a si, mas que não se refere a si mesmo. A vida, portanto, nessa perspectiva, se assemelharia a uma obra de arte, moldada, esculpida, o sujeito desenvolve um trabalho sobre si e a partir disso pode desenvolver focos de resistência aos mecanismos de dominação que pretendem normatizar os modos de vida dos sujeitos. Cria padrões para si, diferente das normatizações das relações sociais. A existência de transexuais e travestis pensada como reinvenção de si reitera a noção de multiplicidade atribuída a esses sujeitos e, nessa direção, tem-se a possibilidade de criação de novas formas de relacionamentos, de novos encontros. Muito em função da discriminação que sofrem em ambientes públicos, é comum que elas criem outros espaços de sociabilidade, de sensibilidade, de amizades, onde se sentem mais seguras e pertencentes.

Em decorrência disso, o sujeito pode ser considerado como foco de exercício de poder, à proporção que resiste a força coextensiva e contrária que tende a enquadrá-lo, uma vez que, ao tempo em que existem forças externas que insistem em dissolver esse sujeito, por outro lado, o sujeito teima em existir e se afirmar. Conseqüentemente, o sujeito está condicionado a uma série de representações que tenta circunscrever sua possibilidade de existir e insiste em dizer quem ele é, de modo que ele esquece ou despreza suas possibilidades de vir a ser e reproduz despropositadamente modos de assujeitamento. Nesse sentido, as travestis são investidas desse vir-a-ser, uma vez que, ao romperem com a norma binária do gênero, se despontam para inúmeras composições de possibilidades quanto ao gênero e a sexualidade.

As práticas de si têm como premissa alcançar a liberdade. Nessa mesma linha de raciocínio, ao tomar consciência de si, as transsexuais e travestis conduzem sua existência de

maneira diferente da condição anterior, em busca da transformação e redirecionam a subjetividade reflexiva para si e criam suas próprias vidas. Portanto, a partir da conquista desses momentos de liberdade, o sujeito passa a construir e a elaborar outros modelos de vida distintos na medida em que vai se apropriando de si e modificando a própria vida, trata-se de conceber esta como obra de arte a ser realizada, de tomar seus próprios direcionamentos e atitudes, esculpindo, assim, sua própria subjetividade na medida em que vai produzindo seu próprio estilo de vida, o que só pode ser concretizado mediante uma obra, um trabalho sobre si mesmo.

Concorda-se também com o fato de que existem sentidos, compartilhados social e historicamente, sobre o corpo, que se impõem sobre ele e prescreve o que é norma e desvio, de modo que determinadas práticas podem ratificar ou transpor esses sentidos já naturalizados. O corpo trans, esculpido a partir de um engenhoso trabalho, com a utilização de inovações tecno-cirúrgicas, possibilita experiências corporais além daquelas previstas pelas normativas binárias e heterossexuais que por muito tempo vigoraram na sociedade ocidental, portanto é um corpo que resiste. O corpo trans é um corpo potente, vivo, que a todo instante pode se reconstruir, se reestruturar. Sobre esse corpo, alguns autores (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008) apontam que é comum a ideia de que ele é inacabado e que, portanto, enseja ser totalmente destruído para se reconstruir. Ao se tratar da modificação tecno-semiológica do corpo, as transexuais e as travestis sempre se referem a algo incompleto, algo que necessita de intervenção e de cuidados contínuos.

Nessa direção, pode-se afirmar que a resistência ocorre através de experiências sociais e culturais que partem do questionamento das diversificadas formas de assujeitamento, inclusive a fôrma que se dá ao corpo. Desse modo, comprometidas com seus processos de transformação corporais-estético-existenciais, a população trans constrói uma ética que prioriza a criação de novos modos de existir, novas sociabilidades e novas subjetividades desejanças, libertárias e disruptivas. Essas experiências de liberdade, conforme observado, não estão relacionadas a inserção das transexuais e travestis em instituições sociais tradicionais que lutam por direitos sociais e políticos e por reconhecimento, trata-se de uma organização em torno de pautas específicas, que surgem através de práticas cotidianas, de dimensões criativas e participativas, de produções de vínculos político-comunitários que demandam capacidade “expressivo-criativa” (DUARTE & DE ASSIS CESAR, 2012, p.155) e o compartilhamento de novas formas de viver que não se relacionam com os modelos hegemônicos da vida social e política já instituídos, portanto, se configuram como práticas de resistência.

Em decorrência disso, a possibilidade de um novo olhar sobre si, desvinculado com a moral que as aprisionam e monosprezam, pode causar ruptura com modelos sociais impostos e com os modelos disciplinares, à medida em que propõe novas possibilidades de relacionamentos e encontros com o outro, com os pares, e descartar os modelos individualizantes e competitivos de produção de subjetividades. Ao tirar o foco da noção de sujeito de direito e das rígidas identidades sociais, consoante Duarte e De Assis Cesar (2012), autonomizam-se os sujeitos e seu potencial criativo em relação as abordagens jurídicas e normativas.

Uma arte da existência, aos moldes propostos por Foucault, torna-se possível, a medida em que as imposições identitárias e as representações sociais dão lugar aos devires e as possibilidades de invenção de si mesmo a partir de multiplicidades, a exemplo da transposição do binarismo de gênero. É necessário romper com determinadas relações sociais pautadas em normatizações que reiteradamente reforçam preconceitos e discriminações de grupos já inferiorizados, vulnerabilizados e invisibilizados.

A recusa dos modelos de corpos, identidades e subjetividades pré-estabelecidos é uma das propostas da composição da estética da existência e Miskolci (2006) nos chama atenção para a dupla dos modelos de identidade: hegemônicos e marginais, uma vez que eles são interdependentes e não se trata de escolher um dos dois pólos, pois ambos prendem os sujeitos no mesmo jogo de poder, em vista disso, o autor sugere a “transgressão do dispositivo de sexualidade vigente” (p. 690), para compor algo diferente do que aí está, de modo que a proposta da estética da existência estaria mais condizente com a transgressão da heteronormatividade e demais modelos relacionais normatizados, o que demanda, por exemplo, desenraizamento e rejeição de modelos dicotomizados de masculino e feminino, corpo e subjetividade.

Algumas considerações finais ou “Vou lembrando a Revolução, mas há fronteiras nos jardins da razão”

A modernidade e o endeusamento da razão prevê o raciocínio prospectivo, a calculabilidade e o trabalho produtivo como importantes perspectivas de subjetivação do sujeito em busca do reconhecimento social. Em contraponto, a perspectiva decolonial critica a racionalidade moderna e convoca os intelectuais-ativistas do eixo sul a fazerem uma ruptura na construção de conhecimento, para que estes sejam mais contextualizados e levem em consideração conhecimentos interseccionais, como os relacionados a questões étnico-raciais e

de gênero e sexualidade. Assim, é possível pensar um modo de resistência que escape à captura ascética e regulatória dos corpos e encoraje a potência da vida em contextos da diferença.

Sem dúvida existe um potencial de transgressão, de experimentação e inventividade de si e dos outros na dissidência, nos considerados socialmente como anormais, no entanto, existe uma possibilidade de captura desses modos de vida pelo capital, pelo mercado, pelo consumo, como ocorre atualmente com a indústria fonográfica e literária, por exemplo, com algumas transexuais e travestis, o que pode levar esse potencial a um (re)enquadramento às normas sociais vigentes.

Para Butler (2017), faz-se necessário uma nova ontologia corporal em que os sujeitos que vivem enquadrados, aqueles cuja existência social é marcada pelo terror, compreendam por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não e como é possível erigir enquadramentos que valoram algumas vidas em detrimento de outras, a fim de que possam ampliar as reivindicações sobre os direitos à proteção e o direito à vida. Contrapondo-se a uma violência entranhada nas estruturas dos sistemas de poder, de modo que, mesmo em períodos em que não se tem práticas violentas explícitas, ela anda ali, à espreita, como uma espécie de “reserva argumentativa” (MBEMBE, 2016) que justifica o aprimoramento de tecnologias repressivas, para conter uma possível ameaça da ordem social.

No mesmo sentido, é possível enxergar um agravamento das manifestações de violência direcionadas a população trans, seja pela reposta truculenta do Estado de criminalização da pobreza, seja pelo recrudescimento do conservadorismo e dos fundamentalismos religiosos em diversas partes do mundo. A potencialização da violência, nos chama atenção Butler (2017), parte da percepção de situações vulneráveis a que estão expostos grupos de vidas precárias que despertam o desejo de eliminá-los. Nesse âmbito, a pretensão do necropoder de atuar sobre espaços subalternizados e corpos considerados dispensáveis, parte da certeza incontestada de que não haverá resistência, já que a morte simbólica desses corpos já foi anunciada. No entanto, Jota Mombaça, ativista queer, revida a essa premissa afirmando que “eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis” (MOMBAÇA, 2017, p. 21) e apresenta a possibilidade dos corpos queer de servirem como exemplo de como usar as noções de anormalidade e abjeção enquanto ferramentas de afirmação política.

Por fim, o corpo pode ser considerado como lócus de opressão, bem como lócus resistência. Os corpos trans, especificamente, em busca de sua ressignificação, insubordinam-se às engrenagens de produção da identidade sexual, não obstante, a necessidade de controle e regulação que define a normalidade e a anormalidade.



REFERÊNCIAS

AGANBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Humanitas, 2010.

BARBOSA, B. C. **Doidas e putas**: usos das categorias travesti e transexual. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. Rio de Janeiro, n.14, p.352-379, ago., 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro** – dois tempos de uma história. Rio de Janeiro : Revan, 2003.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro : Garamond, 2000.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo :Edusp,1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana RB. " Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: revista de saúde coletiva**, 2006, 16: 233-249.

DE SOUZA, Daniel Cerdeira, et al. Assassinatos de LGBT's no Brasil—uma análise de literatura entre 2010-2017. **Revista Periódicus**, 2018, 1.10: 24-39.

DUARTE, André; DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. **O que nos faz pensar**, 2012, 21.31: 153-173.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Ditos e Escritos, V**: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GALVÃO, Bruno Abílio. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuitio**, 2014, 7.1: 157-168.



GUIMARÃES, Cristian Fabiano, et al. Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?. **Athenea digital: revista de pensamento y investigación social**. Barcelona. Vol. 13, n. 2 (jul. 2013), p. 219-227, 2013.

JAYME, J. Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: montando corpo, pessoa, identidade e gênero. Castro, A.(Org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KULICK, Dom. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2008.

LEITE JÚNIOR., J. **Nossos corpos também mudam** – sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: IFCH, V.9, n.2, 2001.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2019.

MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas**, 2006, 14.3: 681.

MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, 2018, 11.2: 39-57.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs : premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, nov. 2017 – abr. 2018. P. 07-23.

SANTOS, D. **Cartografias da Transexualidade** : a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (mestrado), UFPR, Curitiba, 2010.

SILVA, Hélio Raimundo Santos. **Travestis**: entre o espelho e a rua. Rocco, 2007.

SOUZA, Jessé. **A construção Social da subcidadania** – Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro : IUPERJ, 2003



PERES, Willian Siqueira. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista de Psicologia Política**. vol.11, n.22, P. 261-277, São Paulo, dezembro, 2011.

TEIXEIRA, Adriana Melo; MORAIS, Francisco José da Silva Nóbrega; TEIXEIRA, Marileide Pereira Martins. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. In: BRASIL. Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.